

**PODER JUDICIÁRIO**

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Comissão Permanente de Informatização**Ata da 47ª Reunião Ordinária da Comissão Permanente de Informatização****1. Identificação da Reunião.**

Data e Hora	Local	Presidente
30/03/2026, às 14h00	Sala de Reuniões da Presidência	Desembargador Fabiano Abel de Aragão Fernandes

2. Pauta da Reunião.

Temas:

1. Apresentação dos dados iniciais relativos aos recolhimentos das guias pendentes ou com inconsistências;
2. Apresentação do Diretor de Inteligência Artificial, Ciência de Dados e Estatística (DIACDE), Sr. Antônio Pires de Castro Júnior do projeto piloto da segunda versão do sistema de monitoramento de custas (SGFF) e a sua validação;
3. Demais assuntos de interesse e pertinentes à Comissão.

3. Membros da Comissão Permanente de Informatização*.

Nome	E-mail	Ramal
Des. Fabiano Abel de Aragão Fernandes	gab.faafernandes@tjgo.jus.br	2354
Des. Silvano Divino de Alvarenga	gab.sdalvarenga@tjgo.jus.br	2886
Des. Aureliano Albuquerque Amorim	gabdes.aaamorim@tjgo.jus.br	2004
Des. Eduardo Abdon Moura	gab.eamoura@tjgo.jus.br	2174
Des. Fernando de Mello Xavier	gab.fmxavier@tjgo.jus.br	2049
Des. Fernando Ribeiro Montefusco	gab.frmontefusco@tjgo.jus.br	2015
Desa. Roberta Nasser Leone	gab.rnleone@tjgo.jus.br	5610

Decreto Judiciário n. 568/2025*4. Convidados.**

Nome	E-mail	Ramal
Diretor de Inteligência Artificial, Ciência de Dados e Estatística - Sr. Antônio Pires de Castro Júnior	estatistica@tjgo.jus.br	5442

Datado e Assinado digitalmente conforme arts. 10 e 24 da Resolução nº 59/2016 do TJGO.
 Av. Assis Chateaubriand, 195, St. Oeste, Goiânia Goiás – CEP 74280-900. Térreo Bloco B – próximo ao Banco Sicoob
 Telefone (62) 3216-2079 – www.tjgo.jus.br

**PODER JUDICIÁRIO**

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Comissão Permanente de Informatização**5. Ata.**

Aos trinta dias do mês de março de 2026, às 14h27, foi realizada, de forma presencial, a 47ª Reunião da Comissão Permanente de Informatização do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO), na Sala de Reuniões da Presidência. A sessão foi presidida pelo Excelentíssimo Senhor Desembargador Fabiano Abel de Aragão Fernandes e contou com a presença dos membros da Comissão Permanente de Informatização, Excelentíssimos Desembargadores Aureliano Albuquerque Amorim, Fernando de Mello Xavier, Fernando Ribeiro Montefusco e Eduardo Abdon Moura, registrando-se a ausência dos Desembargadores Silvano Divino de Alvarenga e da Desembargadora Roberta Nasser Leone, por motivos particulares. Participou, ainda, como convidado, o Senhor Antônio Pires de Castro Júnior, Diretor de Inteligência Artificial, Ciência de Dados e Estatística (DIACDE).

O Presidente da Comissão declarou aberta a sessão, agradeceu a presença de todos e, inicialmente, consignou-se o acompanhamento das deliberações da reunião anterior, especialmente quanto ao item 6.5 da 46ª Reunião, referente à adequação do sistema Projudi para registro das homologações oriundas do CEJUSC de Segundo Grau. Registrou-se que a Diretoria de Soluções em Tecnologia da Informação (DSTI), em resposta ao PROAD nº 727848, informou que a matéria já se encontra em tramitação no âmbito do PROAD nº 669064, que trata dos lançamentos automáticos do movimento processual de homologação de transação no sistema do CEJUSC de 2º grau.

Na sequência, foi concedida a palavra ao Diretor da DIACDE, Senhor Antônio Pires de Castro Júnior, que apresentou atualização do Sistema de Gestão e Fiscalização Financeira (SGFF), com destaque para os resultados obtidos após a implementação de mecanismos automatizados de monitoramento de custas processuais. Foram demonstrados dados que evidenciam a efetividade das medidas adotadas, bem como a evolução das funcionalidades baseadas em inteligência artificial. Na oportunidade, o expositor detalhou o funcionamento da ferramenta “Berna”, responsável pela identificação automática de inconsistências, pela juntada de informativos nos autos e pelo encaminhamento dos processos à conclusão do magistrado, destacando-se sua atuação como instrumento de apoio à atividade jurisdicional.

Foram apresentados os aprimoramentos implementados na segunda versão do sistema, incluindo mecanismos de reforço de alerta ao magistrado. Nesse contexto, destacou-se a adoção do recurso de “post-it” no sistema Projudi como ferramenta complementar de sinalização de pendências, em consonância com deliberação da reunião anterior (46ª), com o objetivo de suprir a ausência de alertas automáticos em formato de pop-up e assegurar maior visibilidade das inconsistências no momento da análise dos autos. Após análise, os membros da

**PODER JUDICIÁRIO**

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Comissão Permanente de Informatização

Comissão deliberaram pela homologação da referida versão (segunda versão do sistema), com encaminhamento à Presidência do Tribunal para fins de implantação.

Foi submetida à apreciação da Comissão proposta de desenvolvimento de nova funcionalidade, consistente na verificação automatizada de divergência entre o valor da causa indicado na petição inicial e aquele registrado na capa do processo, com o objetivo de identificar inconsistências no recolhimento das custas processuais. A Comissão autorizou a realização de projeto piloto (terceira versão do sistema), com vistas à validação da solução em ambiente controlado.

Durante os debates, foram registradas considerações acerca da relevância do aprimoramento contínuo dos mecanismos de controle, especialmente diante de situações que possam comprometer a regularidade do recolhimento de custas e a própria higidez do processo.

Na sequência, foi suscitada questão relacionada ao funcionamento das sessões virtuais de julgamento, especificamente quanto à ausência de salvamento automático dos votos proferidos nos termos do art. 942 do Código de Processo Civil. Diante disso, deliberou-se pelo encaminhamento da demanda à DSTI, na pessoa do Sr. Domingos da Silva Chaves Júnior, para análise técnica e adoção das providências necessárias à correção da inconsistência identificada.

Por fim, o Presidente consignou os encaminhamentos deliberados, destacou a importância da integração entre as áreas técnica e jurisdicional para o aprimoramento dos sistemas, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão às 14h51. Eu, Marcos Antônio Monteiro de Almeida Júnior, Secretário da Comissão Permanente de Informatização, lavrei a presente ata, que, após leitura e aprovação, será assinada digitalmente pelo Presidente, demais membros participantes da Comissão e pelo convidado.

6. Das Deliberações.

- 6.1.** Registrou-se o acompanhamento do item 6.5 da 46ª Reunião, consignando-se que a DSTI, em resposta ao PROAD nº 727848, informou que a matéria relativa aos lançamentos automáticos de homologação no CEJUSC de 2º grau encontra-se em tramitação no PROAD nº 669064;
- 6.2.** Deliberou-se pela homologação da segunda versão do Sistema de Gestão e Fiscalização Financeira (SGFF), adoção do recurso de “post-it” no sistema Projudi como ferramenta complementar de sinalização de pendências e, com isso, o encaminhamento à Presidência do Tribunal para fins de implantação;

**PODER JUDICIÁRIO**

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Comissão Permanente de Informatização

- 6.3. Decidiu-se pela autorização de projeto piloto (terceira versão do sistema), destinado à verificação automatizada de divergência entre o valor da petição inicial e o valor da causa registrado no processo;
- 6.4. Deliberou-se pela continuidade e ampliação do uso da ferramenta de inteligência artificial “Berna”, como mecanismo de apoio ao monitoramento de custas processuais;
- 6.5. Decidiu-se pelo encaminhamento à DSTI, na pessoa do Sr. Domingos da Silva Chaves Júnior, para apuração de inconsistência no sistema de sessões virtuais quanto ao não salvamento automático de votos, nos termos do art. 942 do Código de Processo Civil;

7. Arquivo Fotográfico da Reunião.

Datado e Assinado digitalmente conforme arts. 10 e 24 da Resolução nº 59/2016 do TJGO.
Av. Assis Chateaubriand, 195, St. Oeste, Goiânia Goiás – CEP 74280-900. Térreo Bloco B – próximo ao Banco Sicoob
Telefone (62) 3216-2079 – www.tjgo.jus.br

ASSINATURA(S) ELETRÔNICA(S)

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Para validar este documento informe o código 123678211159 no endereço <https://proad-v2.tjgo.jus.br/proad/publico/validacaoDocumento>

Nº Processo PROAD: 202602000713837 (Evento nº 7)

FABIANO ABEL DE ARAGÃO FERNANDES

DESEMBARGADOR

COMISSÃO DE INFORMATIZAÇÃO

Assinatura CONFIRMADA em 06/04/2026 às 17:39

EDUARDO ABDON MOURA

DESEMBARGADOR

COMISSÃO DE INFORMATIZAÇÃO

Assinatura CONFIRMADA em 09/04/2026 às 20:35

FERNANDO DE MELLO XAVIER

DESEMBARGADOR

COMISSÃO DE INFORMATIZAÇÃO

Assinatura CONFIRMADA em 06/04/2026 às 17:26

FERNANDO RIBEIRO MONTEFUSCO

DESEMBARGADOR

COMISSÃO DE INFORMATIZAÇÃO

Assinatura CONFIRMADA em 08/04/2026 às 10:11

AURELIANO ALBUQUERQUE AMORIM

DESEMBARGADOR

SECRETARIA DA COMISSAO DE INFORMATIZACAO

Assinatura CONFIRMADA em 07/04/2026 às 12:18

MARCOS ANTONIO MONTEIRO DE ALMEIDA JÚNIOR

SECRETÁRIO(A) DA COMISSÃO PERMANENTE DE INFORMATIZAÇÃO.

SECRETARIA DA COMISSAO DE INFORMATIZACAO

Assinatura CONFIRMADA em 06/04/2026 às 17:04

ANTÔNIO PIRES DE CASTRO JÚNIOR

DIRETOR(A) DE ÁREA

DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, CIÊNCIA DE DADOS E ESTATÍSTICA

Assinatura CONFIRMADA em 07/04/2026 às 15:40

